O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

FERNANDA TORTELLI ORLANDI

RESUMO

A inclusão dos estudantes com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino, ainda gera muitas dúvidas tanto para os professores, como para os próprios pais, ou seja, para toda comunidade escolar. Devido a isso venho através deste artigo relatar o que é o Atendimento Educacional Especializado, mais conhecido como AEE. Para que serve, quais as vantagens para os estudantes atendidos pelo professor de AEE e como funcionam os atendimentos especializados e quais as funções do profissional da sala de Atendimento Especializado. Como garantir a eficácia na aprendizagem dos estudantes que necessitam do Atendimento Educacional Especializado, através da à parceria entre os educadores da sala de aula regular e o profissional que atua na sala de AEE.

Palavras-chave: Inclusão; Atendimento Educacional Especializado; Eficácia.

ABSTRACT

The inclusion of students with special needs in regular schools still raises many doubts both for teachers and for parents themselves, that is, for the whole school community. Due to this I come through this article to report what is the Specialized Educational Assistance, better known as AEE. For what purpose, what are the advantages for the students attended by the AEE teacher and how do the specialized services work and what are the functions of the professional of the Specialized Attendance room. How to guarantee the efficacy in the learning of the students who need the Specialized Educational Assistance, through the partnership between the educators of the regular class salt and the professional that works in the AEE room.

Keywords: Inclusion; Specialized Educational Assistance; Efficacy.

1 INTRODUÇÃO

Através e várias pesquisas e observações, venho através deste artigo resumidamente abordar o conceito do Atendimento Educacional Especializado, apontando quais são seus objetivos, quais os profissionais estão aptos a trabalharem neste atendimento e qual o público atendido. Dentro das diretrizes da educação especial existem documentos dentro da legalidade que permitem esse atendimento dentro das Unidades Escolares. Documentos estes que estabelecem regulamentação e normas do Ministério da Educação, dentro dos parâmetros da Política Nacional de Educação especial inclusiva (SEESP/MEC, 2008).

Dentro do contexto histórico da Educação especial, os estudantes que necessitavam de um atendimento especializado, por serem consideradas especiais, ou seja, crianças que apresentavam alguma deficiência recebiam um atendimento em instituições escolares especializadas no atendimento de estudantes com deficiência. Isso ocorreu até o ano de 2009, após esse tempo, algumas escolas públicas abriram salas para o atendimento individualizado desses estudantes com deficiência, pois os mesmos já estavam inclusos nas escolas regulares e para darem suporte à aprendizagem destes estudantes o professor especializado em Educação especial passa a atender esses alunos no contraturno.

Esse profissional está capacitado para atender os alunos que necessitam de um atendimento voltado para sua deficiência e dificuldade, visto que, o professor de AEE tem a missão de desenvolver as habilidades e competências destes estudantes com deficiência, utilizando materiais didáticos pedagógicos específicos para auxiliar os mesmo em sua aprendizagem.

Até hoje os profissionais da Educação que trabalham nas salas de AEE geram algumas dúvidas de como é executado o seu trabalho juntamente a estes estudantes. O professor de AEE é responsável em fazer o processo de intermediação do conhecimento voltado aos estudantes com deficiência. Essas deficiências geralmente estão voltadas aos transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, como a superdotação.

Considera como o grande desafio da inclusão para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, vai muito além da permanência do aluno na escola regular, mas no desenvolvimento do potencial de cada um através de uma educação centrada no respeito e na valorização das diferenças. (Paulo Ramos 2009)

A inclusão é um processo que pode levar toda comunidade escolar a perceber que o estudante com deficiência não é somente mais um colocado ali dentro da sala de aula para atrapalhar, ou dificultar a aprendizagem dos demais estudantes, e sim um processo que irá exercer o processo de cidadania entre os estudantes, onde cada um deverá respeitar seus limites, suas diferenças e aprender a conviver em sociedade respeitando todas as diferenças, sejam elas quais forem.

A educação inclusiva, ou espe-

cial está paralelamente atrelada à educação comum das salas regulares de ensino, ela está integrada a proposta pedagógica da escola e também está inserida dentro do Projeto Político Pedagógico da Escola, sendo desta forma percebida como uma modalidade de ensino que percorre todos os níveis.

Através da Educação Especializada é lançado um novo olhar sobre as novas práticas pedagógicas vencendo os desafios diários de como se trabalhar. O professor de AEE tem a missão de aprimorar os seus ensinamentos e ser o mediador entre os conteúdos de aprendizagem da sala regular e a adaptação realizada para o seu estudante que necessita de atendimento especializado.

2 O PROCESSO DE INCLUSÃO E O ATENDIMETO ESPECIALIZADO

Não é mistério para nós profissionais da educação o conhecimento de que existe um grande mistério sobre a inclusão.

Há relatos de muitos que educadores que, argumentam não ter o preparo correto para se trabalhar com os estudantes especiais e sentem-se impotentes, porém não há mistérios para incluir estes estudantes, apenas é preciso respeitar as diferenças e buscar o conhecimento.

Hoje na educação inclusiva não será escolhido quem educador e nem em qual sala o estudante será incluído, apenas acontecerá e o profissional de AEE estará ali para auxiliar da melhor forma possível. O professor justificar-se nos dias de hoje dizendo que não tem o preparo específico para atuar com um aluno que necessita de um atendimento especializado, não é mais desculpa, pois existe algo chamado de compromisso pedagógico, devido a isso é necessária uma reestruturação pedagógica, uma reciclagem em conhecimento.

O planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re)definição dos papéis da educação especial e do lócus do atendimento desse alunado. (Prietto, 2005 pág.35).

O professor de AEE tem a missão de desenvolver atividades semelhantes às dadas em sala de aula, ou seja, apenas adaptar as atividades, os conteúdos a serem trabalhados com os estudantes que necessita de um atendimento especializado, sem passar por cima do planejamento.

É direito do estudante ser parte integrante e aprender o mesmo que os seus colegas de sala aprendem dentro da sala regular de ensino, porém só será necessária a adaptação realizada pelo professor de sala, ou até mesmo pelo professor de AEE do conteúdo de acordo com a sua necessidade. O profissional que atende na sala de AEE para todos os níveis da educação, seja para os estudantes do Ensino Infantil, Fundamental I, II e até a Eja (Educação de jovens e adultos) possibilitará a ampliação da escolarização, incentivando a formação e inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

Segundo Prietto (2005, p.40): [...] na inclusão escolar o objetivo é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem. Nesse caso, as limitações dos sujeitos devem ser consideradas apenas como uma informação sobre eles que, assim sendo, não podem ser desprezadas na elaboração dos planejamentos de ensino. A ênfase deve recair sobre a identificação de suas possibilidades, culminando com a construção de alternativas para garantir condições favoráveis à sua autonomia escolar e social, enfim, para que se tornem cidadãos de iguais direitos.

3 FUNÇÕES DO AEE DENTRO DA ESCOLA REGULAR

A inclusão dos estudantes especiais dentro das salas regulares de ensino trouxe à escola a implantação das salas com recursos multifuncionais, consequentemente a formação dos profissionais responsáveis por estas salas.

O Professor de AEE tem como atribuição auxiliar o estudante que necessita de um atendimento especializado, mediar e complementar sua aprendizagem através de estratégias que eliminem todas as barreiras possíveis que impossibilitem a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes mencionados.

Para regulamentar estas funções a Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, de 2 de outubro de 2009, através do artigo 2 estabelece que:

De acordo com esta resolução, o AEE tem a intenção de diminuir o distanciamento que a deficiência do aluno possa gerar. Para que ele alcance o efetivo aprendizado e o acesso à Educação Básica, o professor do AEE:

[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

[...] disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo

processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum.

O professor de AEE geralmente atendem seus estudantes no contraturno, ou seja, no horário contrário que o estudante assiste suas aulas diariamente. O educador da sala multifuncional que organiza e disponibiliza recursos e materiais didáticos para os atendimentos pedagógicos individuais e garantir a acessibilidade que vá de encontro às necessidades específicas de cada estudante. Dessa forma o profissional da sala de AEE firma uma parceria com os educadores das salas regulares para oferecer o suporte necessário, para assim garantir a efetiva participação e aprendizagem dos estudantes.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva orienta como devem proceder as tarefas do professor de AEE dentro da escola de ensino regular. Destacando que é de extrema importância o profissional do atendimento especializado elaborar o seu plano de atendimento, deixando em destaque as necessidades especificas de cada estudante atendido, quais a habilidades e competências pretende-se desenvolver no decorrer dos atendimentos em parceria a professora da sala de origem do estudante, quais os recurso serão utilizados nos atendimentos e tudo o que for necessário para se dar um atendimento efetivo e com eficácia, sempre visando à aprendizagem.

O profissional da sala de AEE é acionado quando o professor da sala de aula identifica o baixo rendimento escolar nas atividades executadas dentro da sala de aula. Sendo assim o professor de AEE faz suas observações em sala de aula e identificando que realmente há a necessidade do atendimento individualizado, convoca os responsáveis para uma entrevista, ou seja, uma anamnese, um documento que identificará a desenvolvimento do estudante que necessita do atendimento especializado, segundo as observações dos responsáveis desde o seu nascimento. Após essa anamnese o profissional que atende na sala de AEE pode ou não encaminhar para um outro profissional da área da saúde para dar o laudo da deficiência em questão, muitas vezes os estudantes que são observados e encaminhados são alunos que apresentam distúrbios como déficit de aprendizagem, atenção e muitas vezes com alguma síndrome que a própria família renega, por motivos pertinentes aos responsáveis. Após a identificação das dificuldades de aprendizagem, o professor de AEE poderá auxiliar o estudante com atividades direcionadas e com sequência didática, para que o mesmo possa acompanhar de maneira mais efetiva os conteúdos comuns abordados em sala de aula.

Geralmente os atendimentos realizados pelo professor da sala de AEE são organizados conforme sua agenda semanal, cada estudante que necessita do atendimento especializado, terá garantido semanalmente sua visita à sala com os recursos que irão auxiliar no desenvolvimento de sua aprendizagem. Além desse atendimento individual, o professor da sala de aula comum, poderá contar com esse profissional para adaptar atividades a serem trabalhadas dentro da sala de aula comum. È de extrema importância que o professor da sala de AEE esteja sempre atento aos seus estudantes, buscando sempre o conhecimento, materiais e os equipamentos necessários como: mobiliários, recursos ópticos, livros paradidáticos, softwares e entre outros. Dessa forma o atendimento será satisfatório para ambas as partes e muito mais produtivo.

Todo o recurso utilizado na sala de AEE deverá ter uma aplicabilidade e uma funcionalidade para a aprendizagem do estudante e qual o impacto exercido sobre essa aprendizagem. O profissional de AEE tem a função de orientar e ensinar a aplicação dos recursos, materiais e equipamentos que são disponibilizados para os estudantes com necessidades especiais, para os pais e para os professores, pois esses recursos poderão ser utilizados em casa.

4. Público-alvo

O que é muito comum entre os professores das salas de aula comum, é encaminhar as salas de atendimento de AEE estudantes que apresentam um quadro de dificuldade de aprendizagem em alguma área específica de disciplina, cito como exemplo um estudante que apresenta dificuldade em produzir textos com erros ortográficos. Sendo assim o professor de AEE não está ali para atender esses tipos de dificuldades e sim atender estudantes com algum tipo de deficiência ou alta habilidade.

O profissional da sala de AEE é responsável pela avaliação dos estudantes sob o ponto de vista pedagógico, enquanto o professor da sala de aula comum encaminha o estudante através de uma queixa. Dessa forma o profissional irá observar o estudante, se necessário solicitará outros tipos de avaliação de outros profissionais da área clínica para juntamente chegarem a um parecer de qual necessidade específica o estudante apresenta.

De acordo com Resolução CNE/CEB 4/2009 o público-alvo do Atendimento Educacional Especializado são:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimen-

to neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

5. SALA DE APOIO ESPECIALIZADO

As salas de atendimento Educacional Especializado (salas de AEE, ou salas multifuncionais) são consideradas ambientes dotados de equipamentos tecnológicos, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos que oferecem um atendimento especializado com os seguintes objetivos: garantir o acesso do estudante ao letramento, atender com recursos adaptados os estudantes que apresentam transtornos globais do desenvolvimento, alta habilidades ou superdotação. Esses estudantes estão matriculados nas salas regulares de ensino, porém necessitam de um atendimento individualizado e especializado.

Para efetivar o processo de inclusão nas escolas de ensino regular, o Ministério da Educação instituiu o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, por meio da Portaria Nº. 13, de 24 de abril de 2007:

Art. 1º Criar o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino.

Parágrafo Único. A sala de recursos de que trata o caput do artigo 1º, é um espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

As atividades, os recursos de acessibilidade e pedagógicos que caracterizam o Atendimento Educacional Especializado são organizados institucionalmente e prestados de forma que complementam a formação dos estudantes do ensino regular.

Desde 2008, o MEC vem implantando as Salas de Recursos Multifuncionais (salas de AEE) e aponta como objetivo a implantação de equipamentos de informática, mobiliários e matérias didáticas pedagógicas que auxiliem na acessibilidade dos estudantes que necessitam deste atendimento especializado.

Para efetivar o atendimento das salas de AEE existe o Decreto nº 7.611/11, que mantém esta sala com a distribuição de recursos pedagógicos educacionais para a acessibilidade desses estudantes que apresentam algum tipo de deficiência, cito como exemplo a distribuição de livros paradidáticos em braile, em libras, laptops com sintetizadores de voz e softwares para a comunicação alternativa. Dessa forma, estes itens mencionados colaboram para o efetivo acesso do currículo escolar.

Art. 1o O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;

II - aprendizado ao longo de toda a vida;

III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;

IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;

V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;

VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;

VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

6 A PARCERIA ENTRE O PROFESSOR DA SALA DE AEE E O PROFESSOR DO ENSINO REGULAR

A formação dos docentes dentro do processo de inclusão educacional deve levar em conta o desenvolvimento de toda prática pedagógica reflexiva possibilitando pensar na formação continuada dos profissionais da educação. A formação da educação inclusiva remete parcerias entre professores do ensino regular e d ensino especial, equipe pedagógica, pais e comunidade, na qual, toda a ação para a inclusão envolve o trabalho em equipe.

O profissional da sala de recursos tem

a missão de orientar o professor da classe comum sobre as estratégias e as metodologias que favoreçam autonomia e envolvimento do estudante em todas as atividades propostas ao grupo.

O Decreto nº 6.571 destaca a escola como um ambiente, cuja função primária é a de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, com vista à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008).

Este documento traz aos educadores um desafio: estabelecer a troca e a colaboração entre os professores da sala de recursos especiais juntamente aos professores das salas regulares, tendo como objetivo obter maiores informações sobre o desempenho do estudante, gerando uma maior probabilidade de que o trabalho desenvolvido nas salas de AEE repercuta nas classes comuns.

Muitas vezes s falta de conhecimento em como lidar com os alunos com necessidades educativas especiais, pode gerar uma desestabilidade em relação à atuação profissional.

Os educadores da sala comum são os responsáveis pelos encaminhamentos e pela aprendizagem, porém nem sempre possuem o conhecimento das características que devem ser consideradas para que o estudante seja atendido na sala de AEE. Esses entre vários outros obstáculos impedem e dificultam que aconteça a política de inclusão, no qual um deles decorre do despreparo dos educadores do ensino regular.

A pareceria entre os professores podem preencher essa lacuna, sendo que o professor de AEE pode atuar na formação continuada dos professores das salas regulares, através de trocas de experiências em HTPC (horário de trabalho pedagógico coletivo), nessa troca os professores relatam suas experiências juntamente ao profissional da sala de atendimento especializado.

As reuniões pedagógicas podem ser mediadoras entre o conhecimento a ser inserido para os educadores através dos ensinamentos do professor de AEE. Sendo que, é de extrema importância que o elo entre os educadores se fortaleça para que a aprendizagem dos estudantes que necessitam do atendimento especializado possam desenvolver suas habilidades e potencialidades.

Destaca que a Sala de Recurso Multifuncional não deve ser configurada como um espaço diferenciado da sala de aula comum, não podendo estar distante da educação escolar centrada nos princípios de inclusão, mas que deve se apresentar como um espaço pedagógico, significativamente relevante que fortaleça o papel especializado da educação dos indivíduos com necessidades educativas especiais, possibilitando assim o processo de ensino-aprendizagem. (Costa, 2011)

O aprendizado e o desenvolvimento das diferentes habilidades, competências e potencialidades do educando acontecerá a partir da troca de informações entre as partes envolvidas. Essas informações como o histórico do aprendizado de cada estudante atendido na sala de AEE, possibilitará adaptar atividades para as dificuldades apresentadas, favorecendo a aprendizagem do estudante que necessita do atendimento especializado, atingindo dessa forma os objetivos propostos no planejamento.

7 A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E O DESAFIO DE ATENDER AS DIFERENÇAS

O maior desafio encarado hoje nas escolas é atender as diferenças existentes na comunidade escolar e transformar a estrutura organizacional e pedagógica da instituição de ensino, que incorpora inúmeras funções requisitadas pelos avanços que ocorrem na sociedade.

Entre esses desafios, o educador programar uma prática pedagógica que modifique a dinâmica da exclusão, não é uma missão fácil.

Isso requer uma reestruturação curricular e pedagógica da escola, apontando as necessidades aparentes no ato de planejar, de avaliar e de desenvolver as aulas, ou seja, a didática pedagógica adequada para uma reformulação do sistema educacional.

Ofertando a acessibilidade aos estudantes com deficiência, ampliando dessa forma, as possibilidades de escolarização e tornando possível uma educação inclusiva não excludente a nem preconceituosa. Sendo assim, no contexto dessa política inclusiva estão estabelecidas diretrizes do atendimento educacional especializado- AEE, uma modalidade de ensino da educação especial que:

"[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especificas." (BRASIL, 2008, p.16).

Sempre visando um bom desenvolvimento em todos os aspectos, propiciando assim que o aluno torne-se mais independente e autônomo. O profissional da sala de AEE, a partir dessa Política, poderá organizar e facilitar o ambiente de escolarização dos estudantes através de práticas pedagógicas que envolvam o planejamento de recursos e serviços para acessibilidade dentro da escola.

O profissional que atua dentro da Educação Especial deverá ter como base em sua qualificação profissional, conhecimentos gerais para o seu efetivo exercício na área, cito algumas habilidades a seguir: o conhecimen-

to em libras, o sistema em braile, formação em recursos tecnológicos de informática aplicada aos estudantes com deficiência visual, técnicas de uso do sorobã (ábaco adaptados para cegos) e entre outras habilidades. Todos esses recursos, como objetos para serem utilizados no atendimento os estudantes com necessidades especiais, devem conter nas salas de atendimento Especializado.

Os professores responsáveis pelo AEE e pelo ensino regular devem ter em mente que uma das competências esperadas para abordarem suas salas de aula é o respeito às diferenças, o planejamento pedagógico sequenciado para a implantação de propostas de ensino e de avaliação da aprendizagem, que atendam às necessidades específicas e individuais de cada estudante.

O plano de formação deve servir como uma ferramenta para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar independentemente de os alunos serem considerados "normais" ou deficientes (MANTOAN, 2006).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de responsabilidade da Unidade Escolar apontar anualmente em seu planejamento escolar e no PPP (Projeto Político Pedagógico) todas as necessidades e especificidades do público atendido.

Dessa forma, deve estar inserido dentro do contexto da Unidade Escolar qual a função, o que é e para quem é o Atendimento Educacional Especializado. Relatando seus objetivos e sua parceria na perspectiva da inclusão escolar. Assegurando a garantia de um atendimento digno e efetivo para os estudantes que necessitam de atendimento individualizado para avançar dentro de sua aprendizagem.

O processo de inclusão não é um mistério e nem um privilégio e sim um processo significativo para toda comunidade escolar.

Vale ressaltar que a inclusão dentro da educação é um processo contínuo que por muitas vezes caminha lentamente, sendo assim é preciso aceitar as diferenças e traçar metas e objetivos para que a inclusão dentro das escolas e na sociedade seja efetiva e respeitada.

O único objetivo da parceria entre os profissionais da sala de AEE, o professor e a família é acolher os estudantes que necessitam de um atendimento individual especializado visando à garantia da aprendizagem e do desenvolvimento das habilidades e competências desses estudantes que são dadas através de uma outra forma mais aprimorada e elaborada.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União. Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17

MANTOAN, Maria Teresa; PRIETO, Rosângela; ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). Inclusão escolar. Pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

RAMOS, Paulo. Educação Inclusiva: Histórias que (des) encantam a Educação. Blumenau: Odorizzi, 2009

RAMOS, Rossana. Passos para a Inclusão. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTI, Ana Paula. Atendimento Educacional Especializado Sala de Recursos Multifuncional. Disponível em: http://sites.google.com/site/aeeescolaanitagaribaldi/aee-e-sala-de-recursos-multifunc. Acesso em: 19 set. 2011.

RAMOS, Rossana. Passos para a Inclusão. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008

Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. MEC: SEESP, 2001.